

1 Informações gerais

A Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS (a "Companhia") tem como seu principal objeto social a distribuição de gás natural canalizado em parte do território do Estado de São Paulo (aproximadamente 180 municípios, inclusive a região denominada Grande São Paulo) para consumidores dos setores industrial, residencial, comercial, automotivo, termogeração e cogeração.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, e está registrada na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BOVESPA).

Em 19 de dezembro de 2012, em Assembleia Geral Extraordinária, a administração aprovou o Protocolo e Justificação de Incorporação, referente à incorporação reversa pela Companhia de sua controladora Provence Participações S.A., sociedade por ações, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1327, 4º andar, sala 16, na capital do Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 12.623.886/0001-09 ("Provence"), o qual foi firmado pelas administrações da Companhia e da Provence em 3 de dezembro de 2012.

Consequentemente, a partir dessa data, a Companhia passou a ser controlada diretamente pela Cosan S.A. Indústria e Comércio, com participação de 60,05%.

Conforme balanço patrimonial emitido nessa data, a Provence Participações S.A. possuía como principais ativos o investimento por ela detido no capital social da Companhia e o ágio no valor de R\$ 2.482.767 apurado com base nos livros fiscais, registrado quando da aquisição do referido controle em 5 de novembro de 2012. Em razão dessa incorporação, o ágio passará a ser dedutível da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido da Companhia, nos termos do artigo 386 do Regulamento do Imposto de Renda (Decreto nº 300/99) e da Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 11/99. Adicionalmente, foi constituída (R\$ 1.638.626) provisão no montante de equivalente à diferença entre o valor do ágio e o benefício fiscal decorrente de sua amortização, conforme estabelecido no artigo 6º, parágrafo 1º, da Instrução CVM nº 319/99, com suas alterações posteriores.

Dessa forma, em 19 de dezembro de 2012, o acervo líquido contábil da controladora direta Provence Participações S.A. incorporado ao patrimônio da Companhia estava assim representado:

Ativo		Passivo	
Circulante		Circulante	
Impostos a recuperar	<u>41</u>	Empresas ligadas	<u>1</u>
	41		1
Não circulante		Patrimônio líquido	
Investimentos	917.234		1.761.415
Benefício fiscal	<u>844.141</u>		
	<u>1.761.375</u>		
Total do ativo	<u>1.761.416</u>	Total do passivo	<u>1.761.416</u>

Em decorrência da incorporação, foi constituída uma reserva especial de ágio na Companhia no valor de R\$ 844.141, equivalente ao benefício fiscal que decorrerá da amortização desse ágio.

O Contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Distribuição de Gás Canalizado foi assinado em 31 de maio de 1999, junto ao poder concedente representado pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (ARSESP) (antiga Comissão de Serviços Públicos de Energia (CSPE)).

O Contrato outorga e regula a concessão para a exploração dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado com prazo de vigência de 30 anos, podendo ser prorrogado uma única vez por 20 anos mediante requerimento da concessionária.

A ARSESP é responsável por garantir a execução do contrato e por regular, controlar e monitorar as operações de energia no Estado de São Paulo.

O contrato de concessão supracitado descreve as obrigações da COMGÁS, as regras para os procedimentos de revisão tarifária quinquenal e os indicadores de qualidade e de segurança para os quais a Companhia deve cumprir. A Portaria ARSESP nº 160/01 definiu condições gerais de fornecimento de gás canalizado.

Adicionalmente, o contrato de concessão determina que as tarifas praticadas pela Companhia devam ser revisadas uma vez ao ano, no mês de maio, com o objetivo de realinhar o seu preço ao custo do gás e ajustar a margem de distribuição pela inflação.

As demonstrações financeiras foram inicialmente emitidas e aprovadas pela Diretoria da Companhia, em 22 de janeiro de 2013. Todavia em atendimento às determinações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM as notas explicativas 5, 19, 20, 23 e 26 foram alteradas em relação àquelas anteriormente apresentadas.

As demonstrações financeiras contendo as alterações acima mencionadas foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 23 de abril de 2013.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação nestas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todas as informações apresentadas, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de apresentação

(a) As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, inclusive nas notas explicativas e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, nas normas estabelecidas pela CVM e nos Pronunciamentos e Orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e complementadas pelo Plano de Contas do Serviço Público de Distribuição de Gás Canalizado, instituído pela Portaria ARSESP nº 22 de 19 de novembro de 1999.

A preparação das informações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as informações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

A Companhia não possui investimentos em controladas/coligadas e/ou outras transações que gerem efeitos a serem contemplados na demonstração do resultado abrangente.

(b) Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPC/IFRS vigendo a partir de 2012 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.2 Apresentação das informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a diretoria-executiva responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

2.3 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas informações financeiras são mensurados e divulgados em reais, moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional").

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez diária, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.5 Ativos financeiros

2.5.1 Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (a) mantidos para negociação ao valor justo "por meio de resultado"; (b) empréstimos e recebíveis; (c) mantidos até o vencimento; e (d) disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Companhia não possuía instrumentos classificados nas categorias: (i) mantidos para negociação ao valor justo "por meio de resultado"; (ii) mantidos até o vencimento, exceto pelos derivativos conforme Nota 2.7, e (iii) disponíveis para venda.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos e recebíveis com pagamentos fixos ou determináveis não cotados em mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são reconhecidos inicialmente ao valor justo e subsequentemente atualizados de acordo com a taxa efetiva da respectiva transação. Os empréstimos e recebíveis vencíveis em até 12 meses após a data do balanço são classificados no circulante e os demais são classificados no não circulante.

Compreende-se como taxa efetiva aquela fixada nos contratos e ajustada pelos respectivos custos de cada transação.

2.5.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo, quando aplicável. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a COMGÁS tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.5.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros não são compensados, exceto pelos derivativos, cujo valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.5.4 Impairment de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia periodicamente se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos, somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

2.6 Valor justo

O valor justo dos investimentos com cotação pública se baseia nos preços atuais de mercado. Para os ativos financeiros sem mercado ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem a comparação com operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções.

2.7 Instrumentos derivativos e atividades de hedge

Os instrumentos derivativos são registrados pelo valor justo e suas variações monetárias são reconhecidas no resultado do período.

Hedge de valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por *hedge* que são atribuíveis ao risco hedgeado. A Companhia só aplica a contabilização de *hedge* de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos e de variação cambial de empréstimos, passando-os para taxas flutuantes no mercado local (percentual do CDI). O ganho ou perda relacionado

com a parcela efetiva de *swaps* é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas/receitas financeiras". Caso haja ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva esta variação será reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas/receitas financeiras". As variações no valor justo dos empréstimos protegidas por *hedge*, atribuíveis ao risco de taxa de juros e/ou câmbio, são reconhecidas na demonstração do resultado como "Despesas/receitas financeiras".

Se o *hedge* não mais atender aos critérios de contabilização do *hedge*, o ajuste no valor contábil de um item protegido por *hedge*, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

2.8 Contas a receber

São reconhecidas pelos valores faturados, ajustados pelo valor presente, quando aplicável. A provisão para crédito de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

2.9 Estoques

Os materiais diversos são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método do custo médio ponderado.

Os materiais destinados a obras em andamento estão registrados como estoques.

2.10 Ativos não circulantes destinados à venda

Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for praticamente certa. Estes são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo, menos os custos de venda, se o valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de uma operação de venda, e não pelo uso contínuo.

2.11 Intangível

(a) Contrato de concessão

A Companhia possui contrato de concessão pública de serviço de distribuição de gás, conforme descrito na Nota 1, onde o Poder Concedente controla quais serviços devem ser prestados e a que preço, bem como detém, participação significativa na infraestrutura ao final da concessão. Esse contrato de concessão representa o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás, durante a vigência do contrato. Assim sendo, a Companhia reconhece como ativo intangível esse direito.

Dessa forma, a construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo. Os custos de financiamento diretamente relacionados à construção são também capitalizados.

A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está, em sua grande maioria, vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo. Outrossim, não há previsão na regulação da ARSESP que suporte auferir ganho nesta atividade.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, os quais correspondem à vida útil dos ativos componentes de infraestrutura em linha com as disposições da ARSESP, conforme divulgado na Nota 19.

A amortização dos componentes do ativo intangível é descontinuada quando o respectivo ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

Sujeito a avaliação do Poder Concedente, a Companhia tem a opção de requerer uma única vez a prorrogação dos serviços de distribuição por mais 20 anos. Extinta a concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia direito à indenização a ser determinada com base nos levantamentos e avaliações observando os valores contábeis a serem apurados nessa época.

(b) Contratos com clientes - fidelização

Os gastos com implantação de sistema de gás (compreendendo tubulação, válvulas e equipamentos em geral) para novos clientes são registrados como intangível e amortizados no período de vigência do contrato.

(c) Programas de computador (*softwares*)

Licenças adquiridas de programas de computador (*softwares*) são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 19.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de *softwares* e a parte adequada das despesas gerais relacionadas. Os gastos com o desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 19.

2.12 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.13 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, quando significativos são mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.14 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos tomados são reconhecidos inicialmente pelo valor justo no recebimento dos recursos. São subsequentemente apresentados ao custo amortizado, ou seja, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), ou pelo valor justo quando estiver protegido (*hedge*). Quando relevantes, os custos de transação são contabilizados como redutores dos empréstimos e reconhecidos no resultado financeiro ao longo do período da dívida, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por um prazo maior que 12 meses após a data do balanço.

2.15 Passivos contingentes e obrigações legais

Passivos contingentes são provisionados quando: (a) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (b) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (c) o valor puder ser estimado com segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados; e obrigações legais são registradas como exigíveis.

2.16 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e os passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.17 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas informações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária.

2.18 Obrigações com benefícios de aposentadoria

(a) Benefícios pós-emprego

A COMGÁS oferece os seguintes benefícios pós-emprego:

- Assistência à saúde, concedida aos ex-empregados e respectivos dependentes aposentados até 31 de maio de 2000. Após esta data somente empregados com 20 anos de contribuição ao INSS e 15 anos de trabalho ininterruptos na COMGÁS em 31 de maio de 2000 têm direito a este benefício, desde que, na data de concessão da aposentadoria estejam trabalhando na COMGÁS.
- Suplementação de aposentadoria, concedida através de um plano de contribuição definida, por meio de um Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL).

O passivo reconhecido no balanço patrimonial em relação aos benefícios pós-emprego é calculado anualmente por atuários independentes.

A quantia reconhecida no balanço em relação aos passivos dos planos de benefícios pós-emprego representa o valor presente das obrigações menos o valor justo dos ativos, incluindo ganhos e perdas atuariais não reconhecidos. O custo de proporcionar estes benefícios é apropriado na demonstração de resultados durante os períodos que beneficiam os serviços do participante. Os custos dos serviços correntes são refletidos no lucro operacional e os custos de financiamento são refletidos no financiamento dos custos no período em que ocorrem. Em conformidade com o método "corredor", ganhos e perdas atuariais que excedam 10% das obrigações do plano são distribuídos ao longo do restante da vida útil média dos empregados participantes do plano e são refletidas no lucro operacional.

(b) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em conta diversas metas além do lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

2.19 Arrendamentos

A classificação dos contratos de arrendamento mercantil é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos mercantis nos quais a COMGÁS assume substancialmente os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento mercantil financeiro. Todos os outros tipos de arrendamento mercantil são classificados como arrendamento mercantil operacional. O arrendamento mercantil financeiro é capitalizado no início do contrato pelo menor valor entre o valor justo do ativo arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Cada um dos pagamentos do arrendamento é alocado ao passivo e a encargos financeiros, sendo as correspondentes obrigações de arrendamento, líquidas dos encargos financeiros, incluídas no passivo financeiro. O elemento de juros do custo do financiamento é debitado à demonstração do resultado ao longo do prazo do arrendamento de modo a gerar uma taxa de juros periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo de cada período. O intangível adquirido nos arrendamentos financeiros é amortizado pelo prazo de vida útil do ativo. Os pagamentos efetuados no âmbito de arrendamentos operacionais são debitados à demonstração do resultado pelo método linear durante a vigência do arrendamento.

2.20 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas informações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados de acordo com o estatuto social.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.21 Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

2.22 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela distribuição de gás no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada cliente.

(a) Receita por prestação de serviços - faturada

A receita de prestação de serviços de distribuição de gás é reconhecida quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, sendo reconhecida ao resultado no mesmo período em que os volumes são entregues aos clientes.

(b) Receita por prestação de serviços - não faturada

Receita não faturada refere-se à parte do gás fornecido, para o qual a medição e o faturamento aos clientes ainda não ocorreram, conforme descrito na Nota 10. Este valor é calculado com base estimada referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês. O volume real cobrado pode ser diferente da estimativa. A Companhia acredita que, com base na experiência anterior com operações semelhantes, o valor não faturado não difere significativamente dos valores reais.

(c) Receita de construção - ICPC 01

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 - "Contratos de Construção", com base no andamento da construção do ativo. Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos.

Tendo em vista que não existe margem definida pelo Poder Concedente para esse serviço e considerando que a administração não entende a construção como fonte de receita e, portanto de resultado, a Companhia não reconhece margem de construção de infraestrutura.

(d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

À medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira.

3 Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- CPC 33 (IAS 19) - "Benefícios a Empregados", alterada em junho de 2011. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. Os principais impactos previstos para a sua adoção nas demonstrações financeiras da Companhia são os seguintes: (a) reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados. A perda não reconhecida em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 126.594; (b) a reposição dos juros do passivo e do retorno esperado dos ativos por uma única taxa de juros líquida deverá gerar um pequeno aumento do custo do plano na demonstração de resultado.
- CPC 40 (IFRS 7) - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação". A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. Os principais impactos previstos para a sua adoção nas demonstrações financeiras da Companhia são os seguintes: (i) avaliação da significância dos instrumentos financeiros para a posição patrimonial e *performance* da Companhia; (ii) a natureza e a extensão dos riscos oriundos de instrumentos financeiros aos quais a Companhia está exposta; (iii) e a forma pela qual a Companhia gerencia esses riscos.

- CPC 46 (IFRS 13) - "Mensuração ao Valor Justo". A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. Os principais impactos previstos para a sua adoção nas demonstrações financeiras da Companhia são os seguintes: aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS.

Não há outras normas IFRS/CPC ou interpretações IFRIC/ICPC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) *Impairment* do contas a receber

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de receber todas as quantias devidas de acordo com os termos do crédito original.

A Companhia faz uma análise individual dos devedores significativos e os outros numa base conjunta, e se houver qualquer evidência de que a Companhia não receberá o valor em aberto, a provisão é registrada.

(b) Provisões

As provisões são reconhecidas no período em que se torne provável que haverá uma saída futura de recursos resultantes de operações ou acontecimentos passados que podem ser razoavelmente estimados. O momento do reconhecimento requer a aplicação de julgamento para fatos e circunstâncias existentes, que podem ser sujeitos a alterações.

São reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Apesar da possibilidade de resultados fora dos limites esperados nos últimos anos, a experiência da Companhia foi de que as estimativas utilizadas na determinação do nível adequado de disposições foram materialmente adequadas na antecipação de resultados reais.

(c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

A Companhia possui instrumentos financeiros que são negociados em mercados ativo. A Companhia se utiliza das melhores práticas para escolher métodos e definir premissas que se baseiam principalmente

nas condições de mercado existentes na data do balanço. A Companhia não possui ativos financeiros disponíveis para venda, para os quais não há negociações em mercados ativos.

(d) Benefícios de planos de pensão

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia em conjunto com seus atuários externos, determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 27.

(e) Receita não faturada

Conforme mencionamos na Nota 2.22 - "Reconhecimento da receita" - letra (b) - a receita não faturada refere-se à parte do gás fornecido, para o qual a medição e o faturamento aos clientes ainda não ocorreram.

5 Gestão de risco financeiro

(a) Principais riscos associados à estratégia financeira da Companhia

Política para gerenciamento de riscos e utilização de derivativos

A Companhia mantém uma Política de Tesouraria, aprovada em Conselho de Administração, com revisões periódicas, que determina a padronização e o objetivo para o qual as operações financeiras deverão seguir dentro da Companhia. Além disso, esta política determina a metodologia de avaliação de risco de crédito da contraparte (operações de câmbio, derivativos, aplicações financeiras e garantias) e estipulam quais são os instrumentos financeiros permitidos.

A administração dos riscos associados das operações financeiras é feita através da aplicação da Política de Tesouraria e pelas estratégias definidas pelos administradores da Companhia. Este conjunto de regras estabelece diretrizes para o gerenciamento dos riscos, sua mensuração e consequente mitigação dos riscos de mercado, previsão de fluxo de caixa e estabelecimento de limites de exposição. Para tanto todas as operações financeiras realizadas devem ser as melhores alternativas possíveis tanto financeira quanto economicamente e nunca deverão ser feitas com o objetivo de especulação, isto é, deverá sempre existir uma exposição que justifique a contratação de determinada operação.

Com o objetivo de promover a melhor gestão do caixa da Companhia, a administração segue a política interna de manutenção de linhas destinadas ao gerenciamento do capital de giro e destinadas a

investimentos em linha com as projeções de fluxos de caixas futuros, cujas estimativas não possuem diferenças relevantes em relação ao caixa realizado, em virtude da estabilidade do negócio da Companhia.

Como parte de suas operações, a Companhia está exposta aos riscos decorrentes de flutuações nas taxas de juros e de câmbio. A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, a fim de controlar a exposição deste tipo, em conformidade com as políticas de tesouraria. A Companhia celebra contratos de câmbio futuro e de *swaps* de moedas para reduzir o risco cambial de determinados fluxos de caixa em moeda estrangeira, e para gerenciar a composição da moeda estrangeira de seus ativos e passivos. Alguns contratos combinam simultaneamente em moeda estrangeira e operações de *swap* de taxas de juros.

Quando houver liquidez suficiente no mercado financeiro, a Companhia buscará contratar as operações de derivativos com valores e prazos exatamente iguais aos fluxos de caixa das exposições em negociação. Analisando sempre a melhor alternativa e respeitando a política de gerenciamento de risco, acima mencionada, com relação ao percentual mínimo de *hedge* a ser contratado, de 75% do valor nominal, para valores acima de US\$ 500 mil.

A Companhia calcula o valor justo da taxa de juros e a variação da taxa de câmbio usando valorização de mercado, quando disponíveis, ou, se não estiver disponível, descontando todos os fluxos de caixa futuros pela curva de juros de mercado na data do balanço.

(b) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de dividendos pagos.

A Companhia monitora o capital com base em índices de alavancagem financeira, que envolvem a geração de caixa (LAJIDA), endividamento de curto prazo e endividamento total. Estes índices (*covenants*), são utilizados por instituições financeiras em contratos de empréstimos. Em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, o resultado destes *covenants* estava dentro dos parâmetros estabelecidos nos acordos contratuais.

Um dos índices de alavancagem financeira utilizados pela administração está demonstrado abaixo:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Dívida líquida	2.190.700	1.832.951
LAJIDA	<u>961.761</u>	<u>717.213</u>
(=) Dívida líquida/LAJIDA	<u>2,28</u>	<u>2,56</u>

(c) Riscos associados

(i) Risco de taxas de juros

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros em função das suas posições ativas e passivas. Este risco pode ser coberto por meio da utilização de *swaps* de taxas de juros, onde a Companhia pode trocar posições prefixadas para pós-fixadas em reais (percentual do CDI ou outra taxa flutuante em reais).

(ii) Risco cambial

A Companhia atua no mercado de crédito bancário, captando recursos em moeda nacional e estrangeira para financiar seus investimentos e capital de giro, ficando exposta a riscos decorrentes das variações das taxas de câmbio e juros das moedas estrangeiras.

O risco decorrente desta possibilidade é a perda e restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando possivelmente os saldos de passivo denominados nestas moedas. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de *hedge*, que permite à Companhia trocar os riscos de variação destas moedas, geralmente atrelados as variações do Certificado de Depósitos Interbancários (CDI), utilizando instrumentos de *forwards* ou *swaps* cambiais.

Para se proteger da exposição cambial e das taxas de juros dos contratos de financiamento em moeda estrangeira, a Política de Tesouraria determina a cobertura cambial do principal e dos juros até o vencimento final da operação de empréstimo, para pelo menos 75% do valor total bruto (valor nocional).

Quando não houver *swap* cambial disponível no mercado financeiro para cobrir o prazo total da operação, este deve ser feito pelo maior prazo possível.

A Política de Tesouraria proíbe a utilização de instrumentos derivativos para fins especulativos, sendo permitidos somente para proteção de riscos previamente identificados (operações de proteção - *hedge* - sendo somente *swaps* e *forwards* os instrumentos autorizados).

As operações com fornecedores de gás podem ser vinculadas em moeda estrangeira. O risco decorrente reflete na variação do contas a pagar e no custo de gás. A exposição às variações da moeda estrangeira são absorvidas pelo ativo (passivo) regulatório, os quais são repassados aos clientes periodicamente nas revisões tarifárias.

(iii) Risco de crédito

Não existe concentração de crédito em grandes consumidores em volume superior a 10% das vendas. Este risco é representado por contas a receber de consumidores da COMGÁS em todos os segmentos, que, no entanto, é atenuado pela venda a uma base de clientes pulverizada.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia dispunha dos seguintes principais instrumentos financeiros:

- . Caixa e equivalentes de caixa - conforme Nota 9.
- . Contas a receber - clientes - conforme Nota 10.
- . Empréstimos e financiamentos - conforme Nota 20.
- . Instrumentos financeiros derivativos - conforme Nota 21.

A Companhia não possui exposição a risco relativo a transferências de ativos financeiros no final dos exercícios apresentados.

(iv) Risco de liquidez

Risco de liquidez é representado por descasamentos no fluxo de caixa, decorrente de dificuldades em se desfazer rapidamente de um ativo ou de obter recursos, afetando a capacidade financeira.

A Companhia está exposta ao risco de liquidez, incluindo os riscos associados com o refinanciamento de empréstimos e financiamentos à medida que suas respectivas datas de vencimentos se aproximam, com o risco que as linhas de crédito não estejam disponíveis para atender as necessidades de caixa e

compromissos futuros da Companhia além do risco de que os ativos financeiros não possam ser facilmente convertidos em recursos sem que haja perda de valor.

Para a mitigação desse risco a Companhia adota duas diretrizes gerais:

A Companhia tem como política a manutenção da taxa de juros para seus credores em taxas flutuantes em moeda local. Caso esses empréstimos e financiamentos sejam captados a taxas diferentes dessas, a Companhia poderá utilizar instrumentos derivativos.

A Companhia administra o risco de liquidez através da manutenção de linhas de crédito adequadas aos seus compromissos e mantendo seus ativos financeiros em depósitos de curto prazo em instituições de primeira linha com liquidez diária.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia e os passivos financeiros derivativos liquidados pela Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente nas informações financeiras até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados.

2012					
	Até um ano	Mais de um e até dois anos	Mais de dois e até cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Instrumentos financeiros não derivativos					
Empréstimos	1.007.950	366.743	937.912	496.188	2.808.793
Fornecedores e outras contas a pagar	689.564				689.564
	1.697.514	366.743	937.912	496.188	3.498.357
2011					
	Até um ano	Mais de um e até dois anos	Mais de dois e até cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Instrumentos financeiros não derivativos					
Empréstimos	479.119	964.950	560.126	309.974	2.314.169
Fornecedores e outras contas a pagar	618.926				618.926
	1.098.045	964.950	560.126	309.974	2.933.095
2012					
	Até um ano	Mais de um e até dois anos	Mais de dois e até cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Instrumentos financeiros derivativos					
Derivativos usados para <i>hedge</i>					
Saídas (COMGÁS)	(300.458)	(57.838)	(492.738)	(284.146)	(1.135.180)
Entradas (COMGÁS)	289.115	27.691	422.258	314.595	1.053.659
2011					
	Até um ano	Mais de um e até dois anos	Mais de dois e até cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Instrumentos financeiros derivativos					
Derivativos usados para <i>hedge</i>					
Saídas (COMGÁS)	60.976	368.021	311.475	290.845	1.031.317
Entradas (COMGÁS)	18.271	302.501	260.213	309.974	890.955

(d) Swaps dos financiamentos em moeda estrangeira

Conforme especificado no item "Instrumentos financeiros derivativos" - Nota 21, os *swaps* cambiais contratados transformam na prática, o passivo em moeda estrangeira em um passivo em reais indexado ao CDI - eliminando a exposição ao câmbio e a taxa de juros internacional (fixa ou flutuante). O valor nominal, as taxas e os vencimentos da ponta ativa dos *swaps* são idênticos ao financiamento a ele vinculado. Os *swaps* são realizados no mercado de balcão e não é exigido qualquer depósito de garantia na operação.

São considerados *swap* sem caixa. Os detalhes da operação estão explícitos na tabela abaixo.

A COMGÁS os carregará até o vencimento e sua contabilização é feita no grupo de financiamentos de curto e de longo prazo.

Os critérios de determinação, métodos e premissas aplicadas na apuração dos valores justos são referentes ao preço negociado no mercado ativo, e estão de acordo com a sistemática estabelecida em contratos firmados entre as partes.

Seguem os valores dos instrumentos financeiros derivativos resumidos a seguir:

Descrição	Contraparte	Moeda original	Percentual		Vencimento final
			Ativo	Passivo	
EIB II - primeira liberação	Bancos diversos	USD	VC + 3,881 a.a.	94,34 CDI	Junho de 2020
EIB II - segunda liberação	Bancos diversos	USD	VC + 2,936 a.a.	95,20 CDI	Setembro de 2020
EIB II - terceira liberação	Bancos diversos	USD	VC + LIBOR 6M + 0,483	88,47 CDI	Maio de 2021
EIB II - quarta liberação	Bancos diversos	USD	VC + LIBOR 6M + 0,549	81,11 CDI	Setembro de 2021
HSBC - Resolução nº 4.131	HSBC	USD	VC + 4,06 a.a.	104,40 CDI	Maio de 2013
Itaú - Resolução nº 4.131	Itaú	USD	VC + 3,35 a.a.	109,50 CDI	Agosto de 2013
CHARTERED - Resolução nº 4.131	STD CHARTERED	USD	VC + 2,7412 a.a.	104,90 CDI	Setembro de 2013
HSBC (Sumitomo) - Resolução nº 4.131	HSBC	USD	VC + LIBOR 6M + 2,00 a.a.	94,12 CDI	Outubro de 2013
SCOTIABANK - Resolução nº 4.131	SCOTIABANK	USD	VC + 3,7975 a.a.	113,75 CDI	Julho de 2017

Não existem diferenças relevantes entre o valor de mercado e o valor justo desses instrumentos.

(e) Análise de sensibilidade

A COMGÁS, conforme determinado na Instrução da CVM nº 475, desenvolveu uma análise de sensibilidade identificando os principais fatores de riscos que podem gerar variações nos seus instrumentos financeiros: empréstimos, financiamentos e derivativos.

As análises de sensibilidade são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos a eventos futuros. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos aqui estimados, devido a subjetividade inerente ao processo de preparação destas análises.

Essas variações podem gerar impactos nos resultados e/ou fluxos de caixa futuros da COMGÁS conforme a seguir:

- Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros indexados a taxa de juros variáveis (CDI) foram mantidos com base nas curvas na apuração de 31 de dezembro de 2012.

- . Os efeitos aqui demonstrados referem-se às variações no resultado para os próximos 12 meses.
- .. Cenário I (provável) - manutenção nos níveis de juros e câmbio conforme níveis observados em 31 de dezembro de 2012.
- .. Cenário II 25% - deterioração em 25% em cada um dos fatores de risco em relação ao observado de 31 de dezembro de 2012.
- .. Cenário III 50% - deterioração em 50% em cada um dos fatores de risco em relação ao observado de 31 de dezembro de 2012.

Descrição	Risco	Cenário I (provável)	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Conta-corrente regulatória (*)	Variação da SELIC	20.361	16.706	13.050
Dívida em moeda estrangeira				
Dívida	Variação do USD		(255.564)	(511.127)
Derivativo (ponta ativa)	Variação do USD		255.564	511.127
Efeito líquido				
Derivativo (ponta passiva)	Variação do CDI	(59.257)	(72.050)	(86.185)
Dívida em moeda nacional				
Dívida CDI	Variação do CDI	(12.171)	(14.595)	(17.035)
Dívida TJLP	Variação da TJLP	(91.220)	(104.198)	(116.938)
Total das variações no resultado para os próximos 12 meses:				
Considerando Conta-corrente regulatória		(142.287)	(174.137)	(207.108)
Não considerando Conta-corrente regulatória		(162.648)	(190.843)	(220.158)
Premissas				
SELIC (conta-corrente regulatória)		7,11	5,29	3,49
SELIC		7,11	8,96	10,85
USD		2,044	2,554	3,065
CDI		6,90	8,70	10,53
TJLP		5,50	6,88	8,25

(*) Efeitos da conta-corrente regulatória descritos na Nota 6.

(f) Estimativa do valor justo

O valor justo dos instrumentos financeiros que são negociados num mercado ativo é determinado usando técnicas de avaliação. A Companhia utiliza uma variedade de métodos e faz suposições que são baseadas em métodos e condições amplamente utilizadas pelo mercado na data de cada balanço.

A Companhia adotou as alterações ao CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- . Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- . Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).

- . Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2012:

	2012			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Ativos				
Derivativos usados para <i>hedge</i>		1.022.254		1.022.254
Total do ativo		1.022.254		1.022.254
Passivos				
Derivativos usados para <i>hedge</i>		(861.811)		(861.811)
Total do passivo		(861.811)		(861.811)

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2011:

	2011			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Ativos				
Derivativos usados para <i>hedge</i>		762.843		762.843
Total do ativo		762.843		762.843
Passivos				
Derivativos usados para <i>hedge</i>		(719.481)		(719.481)
Total do passivo		(719.481)		(719.481)

6 Ativo (passivo) regulatório

	2012	2011
Custo de gás a recuperar/(repassar)	377.884	156.727
Créditos de tributos a recuperar/(repassar)	3.144	(6.743)
Ajuste a valor presente sobre tributos	(134)	382
	<u>380.894</u>	<u>150.366</u>
Ativo (passivo) saldo inicial	150.366	(229.659)
Ativo (passivo) saldo final	<u>380.894</u>	<u>150.366</u>
Receita não reconhecida no resultado antes do IR/CS	<u>230.528</u>	<u>380.025</u>
Ativo (passivo) regulatório	216.397	400.771
Atualização	22.397	(10.811)
Outros	(8.266)	(9.935)

As tarifas para o fornecimento de gás para os diferentes segmentos de clientes são autorizadas pelo órgão regulador. De acordo com os termos do Contrato de Concessão, as diferenças entre o componente de custo do gás incluídos nas tarifas cobradas aos clientes e o custo real de gás incorrido, são apurados em uma base mensal e debitado ou creditado numa conta de regulamentação (conta-corrente regulatória).

Periodicamente, encargos ou créditos nas tarifas são determinados pelo regulador com o objetivo de amortizar o montante acumulado nesta conta.

O saldo desta conta é considerado como um ativo ou passivo de acordo com o plano de contas do regulador e para fins de imposto de renda. No entanto, essa conta é excluída das informações financeiras preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, uma vez que o respectivo saldo não é considerado como um ativo ou um passivo, pois a sua realização ou liquidação depende de novas aquisições por parte dos consumidores da Companhia. Portanto, os saldos apresentados acima não estão reconhecidos nas informações financeiras aqui apresentadas.

7 Instrumentos financeiros por categoria

	2012		
	Empréstimos e recebíveis	Derivativos usados para hedge	Total
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Depósitos judiciais	21.932		21.932
Instrumentos financeiros derivativos		160.443	160.443
Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados	693.551		693.551
Caixa e equivalentes de caixa/aplicações financeiras	169.725		169.725
	<u>885.208</u>	<u>160.443</u>	<u>1.045.651</u>
	2011		
	Empréstimos e recebíveis	Derivativos usados para hedge	Total
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Depósitos judiciais	18.494		18.494
Instrumentos financeiros derivativos		82.164	82.164
Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados	507.350		507.350
Caixa e equivalentes de caixa/aplicações financeiras	41.110		41.110
	<u>566.954</u>	<u>82.164</u>	<u>649.118</u>

	2012		
	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Passivos financeiros derivativos	Outros passivos financeiros
Passivo, conforme o balanço patrimonial			Total
Empréstimos	2.451.909		2.451.909
Instrumentos financeiros derivativos			
Debêntures			68.959
	<u>2.451.909</u>	<u></u>	<u>68.959</u>
			<u>2.520.868</u>
	2011		
	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Passivos financeiros derivativos	Outros passivos financeiros
Passivo, conforme o balanço patrimonial			Total
Empréstimos	1.812.291		1.812.291
Instrumentos financeiros derivativos		38.802	38.802
Debêntures			105.132
	<u>1.812.291</u>	<u>38.802</u>	<u>105.132</u>
			<u>1.956.225</u>

8 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

(a) A COMGÁS possui uma carteira de aproximadamente 1.215 mil clientes, dos segmentos residencial, comercial, industrial, veicular, cogeração e termogeração, não havendo concentração significativa em nenhum dos seus clientes, diluindo assim o risco de inadimplência.

(b) Caixa e equivalentes de caixa de acordo com a qualidade creditícia das contrapartes.

	2012	2011
Conta-corrente e depósitos bancários de curto prazo (*)		
AAA	132.754	24.256
AA	36.971	16.854
A		
	<u>169.725</u>	<u>41.110</u>

(*) Escala amplamente aceita e conhecida pelo mercado financeiro com metodologia divulgada pelas agências internacionais de classificação de risco.

9 Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalente de caixa está substancialmente representado por aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e aplicações em títulos privados, sendo que esses instrumentos possuem liquidez imediata conferida pela instituição financeira que os emitiu.

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Recursos em banco e em caixa	22.350	16.432
Aplicações em Certificados de Depósitos Bancários	<u>147.375</u>	<u>24.678</u>
	<u>169.725</u>	<u>41.110</u>

10 Contas a receber - clientes

(a) A composição das contas a receber de clientes é a seguinte:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Contas de gás a receber	317.668	221.272
Contas de gás parceladas	13.433	11.802
Devedores por venda de equipamentos	23.958	21.566
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 23)	1.934	1.891
Ajuste a valor presente	(1.482)	(2.030)
Receita não faturada	311.344	224.418
<i>Impairment</i> de contas a receber	<u>(106.146)</u>	<u>(76.382)</u>
	<u>560.709</u>	<u>402.537</u>

As contas de gás parceladas referem-se a parcelamento de valores a receber de clientes em atraso. Os casos vencidos que apresentam riscos de realização estão devidamente provisionados.

A receita não faturada refere-se à parte do fornecimento de gás do mês, cuja medição e faturamento aos clientes ainda não foram efetuados.

(b) As perdas registradas nos exercícios de 2012 e de 2011 estão abaixo demonstradas:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
1º de janeiro	76.382	55.820
Provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	<u>29.764</u>	<u>20.562</u>
31 de dezembro	<u>106.146</u>	<u>76.382</u>

As contas a receber de clientes estão reconhecidas pelo valor justo e devidamente divulgadas nas demonstrações financeiras.

(c) Sumário do contas a receber de clientes por vencimento

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Valores a vencer	132.778	73.786
Vencidos		
Até 30 dias	50.340	34.681
Acima de 30 dias	<u>136.484</u>	<u>114.696</u>
	<u>319.602</u>	<u>223.163</u>

Em 31 de dezembro de 2012, do valor das contas a receber acima de 30 dias, R\$ 106.146, encontram-se *impaired* (31 de dezembro de 2011, R\$ 76.382).

11 Outras contas a receber

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<i>Take or pay</i> - clientes	2.499	3.867
Financiamento programa de <i>marketing</i>	5.623	6.918
Contas a receber de clientes por expansão da rede	1.170	1.170
Outras	<u>3.534</u>	<u>5.705</u>
	<u>12.826</u>	<u>17.660</u>

O valor de "*Take or pay* - clientes" refere-se à diferença entre o consumo real e os volumes mínimos obrigatórios contratados.

As outras contas a receber estão reconhecidas pelo valor justo e devidamente divulgadas nas demonstrações financeiras.

12 Estoques

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Estoque de materiais para construção	72.799	59.841
Produto acabado	1.515	1.817
Materiais diversos	<u>29.086</u>	<u>28.126</u>
	<u>103.400</u>	<u>89.784</u>

13 Transporte pago e não utilizado

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Transporte (<i>ship or pay</i>) PETROBRAS	<u>119.902</u>	<u>111.927</u>
	<u>119.902</u>	<u>111.927</u>

A recuperação dos saldos referente ao "Transporte pago e não utilizado", dar-se-á automaticamente, sem ônus para a COMGÁS, na medida em que se utilize o transporte acima do percentual estipulado nos contratos, conforme divulgado na Nota 22.

14 Outros

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Adiantamentos a fornecedores	21.649	18.374
Adiantamentos a empregados	9.050	8.552
Despesas antecipadas	1.671	1.750
Outros	<u>165</u>	<u>1.480</u>
	<u>32.535</u>	<u>30.156</u>

15 Impostos indiretos a compensar

A composição dos impostos a compensar é a seguinte:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
ICMS a recuperar	43.571	37.632
ICMS sobre ativos	10.979	8.896
CSSL antecipado	4.005	
Ajuste a valor presente	(470)	(505)
Outros	<u>220</u>	<u>204</u>
	<u>58.305</u>	<u>46.227</u>

16 Ativos destinados à venda

Em 24 de setembro de 2010, a administração iniciou negociações para a venda do terreno e edificações na região da Mooca, classificado no ativo circulante pelo valor de custo corrigido pela depreciação do período em que o referido imóvel foi utilizado pela administração, até setembro de 2008.

Em maio de 2011, foi recebido a título de adiantamento o montante de R\$ 21.053, para a futura venda do terreno e edificações registrado na rubrica "Adiantamento de clientes" - grupo "Passivo circulante", a título de adiantamento de clientes e outros.

17 ICMS a recuperar - não circulante

Corresponde à parcela de ICMS a recuperar sobre a compra de ativos no montante de R\$ 14.999 (R\$ 10.745 em 31 de dezembro de 2011), ajustados a valor presente, e refere-se aos créditos oriundos da compra de ativos, os quais poderão ser utilizados para reduzir o ICMS a pagar em parcelas mensais ao longo de 48 meses.

18 Contas a receber - não circulante

A composição dos valores a receber no realizável a longo prazo está abaixo demonstrada:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Cauções	12.767	10.521
Recobráveis por interferências na rede	4.387	5.303
Devedores por venda de equipamentos	7.222	7.184
Financiamento programa <i>marketing</i>	2.202	
Ajuste a valor presente	<u>(493)</u>	<u>(496)</u>
	<u>26.085</u>	<u>22.512</u>

O valor de cauções refere-se a valores cobrados pelos órgãos públicos pelo prazo de execução de obras da Companhia. O saldo de recobráveis por interferências na rede refere-se a valores a serem reembolsados por terceiros em virtude de danos causados na rede de distribuição de gás.

19 Intangível

	Movimentações				
	2011	Adições	Transferências	Baixa	2012
Intangível em serviços					
Contrato de concessão	3.672.089		504.789	(26.437)	4.150.441
Amortização acumulada (ii)	(1.112.776)	(143.771)	(1.885)	21.596	(1.236.836)
	2.559.313	(143.771)	502.904	(4.841)	2.913.605
Fidelização do cliente	566.275		183.769	(1.494)	748.550
Amortização acumulada (i)	(314.234)	(109.965)	2.770	433	(420.996)
	252.041	(109.965)	186.539	(1.061)	327.554
Software e outros	213.075		35.165		248.240
Amortização acumulada (i)	(125.171)	(36.828)	(885)		(162.884)
	87.904	(36.828)	34.280		85.356
Total do intangível em serviços	2.899.258	(290.564)	723.723	(5.902)	3.326.515
Intangível em andamento	405.233	616.156	(723.723)	(22)	297.644
Total do intangível	3.304.491	325.592		(5.924)	3.624.159

(i) Taxa média ponderada de 20% a.a.

(ii) Taxa média ponderada apresentada no quadro a seguir:

Como resultado da adoção da interpretação do ICPC 01, em 1º de janeiro de 2009, a Companhia reclassificou para a rubrica "Intangível" os ativos imobilizados relacionados ao Contrato de Concessão, divulgado na Nota 2.11 (item A), sendo que esses ativos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 são compostos como segue:

Valores contábeis líquidos	Taxa média ponderada a.a. - %	Movimentação				
		2011	Adições/ transferências	Amortização	Baixa	2012
Terrenos		23.095	213			23.308
Tubulações	3,4	2.084.904	401.811	(101.693)	(1.524)	2.383.498
Edificações e benfeitorias	2,7	55.298	4.580	(2.099)	(2.144)	55.635
Máquinas e equipamentos	5,4	373.186	68.074	(24.850)	(852)	415.558
Equipamentos de transporte	20	7.287	3.872	(3.654)	73	7.578
Equipamentos e móveis administrativos	10	15.543	24.354	(11.475)	(394)	28.028
		2.559.313	502.904	(143.771)	(4.841)	2.913.605

Os valores reconhecidos no "Intangível" e acima demonstrados representam o valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão, líquidos de amortização.

A amortização, calculada com base na vida útil estimada para os ativos construídos em conformidade com o contrato de concessão e integrante da base de cálculo da tarifa de prestação de serviços, totalizou a quantia de R\$ 143.771 e foi devidamente apropriada ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o saldo da reavaliação totalizam R\$ 5.259 em 31 de dezembro de 2012 (31 de dezembro de 2011 - R\$ 5.985). O valor líquido referente à realização da reserva de reavaliação não é considerado na base de cálculo para distribuição de dividendos.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia capitalizou o montante de R\$ 22.646 (31 de dezembro de 2011 - R\$ 25.830) referentes a juros incidentes sobre os empréstimos captados para a construção desses ativos.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia realizou a análise dos indicativos de impairment estabelecidos pelo CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos, e não identificou indícios de perda em seu ativo intangível.

20 Empréstimos e financiamentos

	2012		2011	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Empréstimos e financiamentos	923.094	1.526.479	342.587	1.466.115
Debêntures não conversíveis	35.619	33.340	38.462	66.670
Obrigações por arrendamentos financeiros	1.268	1.068	1.253	2.336
	<u>959.981</u>	<u>1.560.887</u>	<u>382.302</u>	<u>1.535.121</u>

(a) Empréstimos e financiamentos

		2012		2011	
	Encargos - %	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Em moeda nacional					
BNDES (Projeto III)	TJLP + 4,0 a.a.	9.604		38.483	9.570
BNDES (Projeto IV) - direto	TJLP + 3,2 a.a.	38.036	37.791	38.234	75.581
BNDES (Projeto IV) - direto c/ fiança	TJLP + 2,8 a.a.	91.794	91.184	92.231	182.368
BNDES (Projeto III) - Bco. Votorantim	TJLP + 4,7 a.a.	3.931		15.754	3.916
BNDES (Projeto III) - Bco. Bradesco	TJLP + 4,7 a.a.	3.931		15.754	3.916
BNDES (Projeto V)	TJLP + 2,8 a.a.	115.102	396.319	100.500	442.179
BNDES (Projeto VI)	TJ462 + 1,8 a.a.	553	61.432		
BNDES (Projeto VI)	Selic + 1,8 a.a.	3.362	239.270		
BNDES (PEC)	TJLP + 5,5 a.a.			27.372	
BRADESCO - Nota promissória	105,20 CDI	159.846			
SANTANDER Cessão de crédito	CDI + 1,3754 a.a.	59.724			
SANTANDER - KG	106,00 do CDI	40.011			
SANTANDER - KG	106,00 do CDI	75.021			
		600.915	825.996	328.328	717.530
Em moeda estrangeira (*)					
EIB II - primeira liberação - USD	3,881 a.a.	6.727	178.070	3.042	171.350
EIB II - segunda liberação - USD	2,936 a.a.	2.453	81.995	1.095	69.423
EIB II - terceira liberação - USD	LIBOR 6M	1.787	138.723	1.153	123.418
EIB II - quarta liberação - USD	LIBOR 6M	2.255	141.441	2.265	118.850
HSBC - USD	4,06 a.a.	41.204			35.930
Itaú - USD	3,35 a.a.	64.806		1.955	56.952
CHARTERED - USD	2,74 a.a.	93.535		2.329	82.074
HSBC (Sumitomo) - Resolução nº 4.131	LIBOR 6M + 2,00 a.a.	103.516		2.420	90.588
SCOTIABANK - Resolução nº 4.131	3,7975 a.a.	5.896	160.254		
		322.179	700.483	14.259	748.585
		923.094	1.526.479	342.587	1.466.115

(*) Conforme divulgado na Nota 5, para todos os empréstimos em moeda estrangeira são contratados instrumentos financeiros derivativos visando proteger a Companhia de eventuais oscilações na taxa de câmbio.

Os montantes não circulantes têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	2012
2013	
2014	271.887
2015	211.874
2016	268.164
2017	346.526
2018 em diante	428.028
	1.526.479

O valor justo dos empréstimos e financiamentos atuais, circulantes e não circulantes, se aproximam aos seus valores contábeis.

Durante o exercício não houve descumprimentos ou violações dos acordos contratuais junto aos credores.

As taxas originais, antes das operações de *swap*, dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira são as seguintes:

Descrição	Encargos - % a.a.
Bank EIB (II) primeira liberação	3,881
Bank EIB (II) segunda liberação	2,936
Bank EIB (II) terceira liberação	LIBOR 6M
Bank EIB (II) quarta liberação	LIBOR 6M
HSBC - Resolução nº 4.131	4,06
Itaú - Resolução nº 4.131	3,35
CHARTERED - Resolução nº 4.131	2,74
HSBC (Sumitomo) - Resolução nº 4.131	LIBOR 6M+2,00
SCOTIABANK - Resolução nº 4.131	3,7975

Os financiamentos do BNDES têm amortizações de principal e pagamento de juros mensais, exceto os que estão em período de carência. Para estes financiamentos, as garantias oferecidas são:

- . Projeto III - recebíveis da Companhia, cujo custodiante é o Banco Bradesco.
- . Projeto IV - operação direta com o BNDES: recebíveis da Companhia, cujo custodiante é o Banco Itaú; operação direta com o BNDES: fiança bancária dos Bancos Itaú, Votorantim, Bradesco e Santander, na proporção de 25% cada banco.
- . Projeto V - operação direta com o BNDES: fiança bancária do Banco Itaú BBA com 100% do financiamento.
- . Projeto VI - operação direta com o BNDES: fiança bancária dos bancos Bradesco (67,83%), Itaú (14,56%) e Safra (17,61%).

Durante o primeiro semestre de 2012, a Companhia teve o último desembolso do Projeto V com o BNDES no valor de R\$ 78 milhões. Este contrato foi desembolsado/sacado em diversas tranches

durante os anos de 2009, 2010, 2011 e 2012 referente ao financiamento de parte do programa de investimento da Companhia para os anos de 2009 a 2011.

No segundo semestre do ano a Companhia fez o primeiro desembolso do Projeto VI com o BNDES no valor de R\$ 300 milhões.

(b) Debêntures não conversíveis

<u>Emissão</u>	<u>Série</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Remuneração - %</u>	<u>2012</u>		<u>2011</u>	
				<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Segunda	Única	1	CDI + 1,5 a.a.	35.619	33.340	38.462	66.670
				<u>35.619</u>	<u>33.340</u>	<u>38.462</u>	<u>66.670</u>

Em 5 de agosto de 2008, a Companhia concluiu a emissão de uma debênture simples, indivisível e não conversível em ações pelo valor nominal de R\$ 100.000, a qual não possui cláusulas que determinam a observância de determinados índices financeiros (covenants) mínimos.

A Companhia teve um custo de transação incorrido no processo de captação de R\$ 436. Devido a sua baixa relevância foi apropriado ao resultado diretamente no ano de captação. Não houve obtenção de prêmios no processo de captação.

Em agosto de 2012 houve a primeira amortização de principal (33,33%) sendo que as demais amortizações de principal ocorrerão em agosto de 2013 e de 2014 com pagamentos de 33,33% e 33,34%, respectivamente. Os pagamentos de juros serão feitos anualmente sem repactuação. Em agosto de 2012 foi efetuado o quarto pagamento de juros no valor de R\$ 11.840.

O valor justo da debênture, conforme comentário da mensuração dos empréstimos e financiamentos acima, será igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto dado entre suas taxas de contrato e de repactuação não é significativo.

(c) Obrigações por arrendamentos financeiros

<u>Em moeda nacional</u>	<u>Pagamentos mensais com vencimento final em</u>	<u>2012</u>		<u>2011</u>	
		<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Licenças de <i>software</i>	2.014	1.268	1.068	1.253	2.336
		<u>1.268</u>	<u>1.068</u>	<u>1.253</u>	<u>2.336</u>

Os pagamentos mínimos dos arrendamentos financeiros são os seguintes:

<u>Anos</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Menos de um ano	1.540	1.417
Mais de um ano e menos de cinco anos	<u>1.432</u>	<u>3.082</u>
	<u>2.972</u>	<u>4.499</u>
Efeito de desconto	<u>(636)</u>	<u>(910)</u>
Valor presente das obrigações de arrendamento mercantil	<u>2.336</u>	<u>3.589</u>

(d) Notas Promissórias Comerciais

Em 15 de março de 2012, a Companhia concluiu a emissão de 150 Notas Promissórias Comerciais pelo valor unitário de R\$ 1.000, totalizando R\$ 150.000 com vencimento em 360 dias.

A amortização de principal e juros ocorrerá no vencimento do título em questão.

O valor justo da Nota Promissória Comercial, conforme comentário da mensuração dos empréstimos e financiamentos acima, será igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto dado entre suas taxas de contrato e de repactuação não é significativo.

21 Instrumentos financeiros derivativos

Valores reconhecidos em relação a instrumentos financeiros derivativos:

Em moeda estrangeira	Encargos - %	2012		2011	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
EIB II - primeira liberação	94,34 do CDI	(3.220)	34.663	(7.388)	7.610
EIB II - segunda liberação	95,20 do CDI	(2.061)	16.488	(4.027)	4.517
EIB II - terceira liberação	88,47 do CDI	(5.124)	33.951	(7.264)	15.118
EIB II - quarta liberação	81,11 do CDI	(4.481)	34.009	(6.898)	16.049
HSBC	104,40 do CDI	6.423			3.757
Itaú	109,50 do CDI	14.158		(3.179)	10.731
Chartered	104,90 do CDI	19.667		(4.962)	14.219
HSBC (Sumitomo) - Resolução nº 4.131	94,12 do CDI	15.173		(5.022)	10.163
SCOTIABANK - Resolução nº 4.131	113,75 do CDI	(5.860)	6.657		
NDF				(62)	
		<u>34.675</u>	<u>125.768</u>	<u>(38.802)</u>	<u>82.164</u>

	2012		2011	
	Ativa	Passiva	Ativa	Passiva
EIB II - primeira liberação	184.718	(153.275)	174.393	(174.171)
EIB II - segunda liberação	84.369	(69.942)	70.518	(70.028)
EIB II - terceira liberação	140.495	(111.667)	124.571	(116.717)
EIB II - quarta liberação	143.460	(113.933)	121.115	(111.965)
HSBC	41.204	(34.781)	35.930	(32.173)
Itaú	64.806	(50.648)	58.906	(51.354)
Chartered	93.535	(73.868)	84.402	(75.145)
HSBC (Sumitomo) - Resolução nº 4.131	103.517	(88.344)	93.008	(87.866)
SCOTIABANK - Resolução nº 4.131	166.150	(165.353)		
NDF				(62)
	<u>1.022.254</u>	<u>(861.811)</u>	<u>762.843</u>	<u>(719.481)</u>

Como mencionado na gestão de riscos financeiros (Nota 5), a Companhia está exposta a taxas de juros e risco cambial. Todos os instrumentos derivativos são designados como de proteção em conformidade com as políticas da Companhia de gestão de riscos.

Todos os instrumentos derivativos (*swaps*) são mensurados ao valor justo e os empréstimos objeto dos derivativos.

A administração avalia que na apuração feita, com base na análise de riscos e nas características das exposições mapeadas e dos instrumentos contratados para mitigação de riscos, em 31 de dezembro de 2012, os resultados das operações de derivativos serão substancialmente compensados por variações correspondentes nos itens protegidos.

Desta forma, a administração entende que as operações de instrumentos derivativos contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que possam gerar prejuízos materiais oriundos de variação cambial, juros ou quaisquer outras formas de variação.

22 Fornecedores

A composição do saldo registrado na rubrica "Fornecedores" é a seguinte:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Fornecedores de gás/transporte	562.714	513.632
Fornecedores de materiais e serviços	<u>102.714</u>	<u>80.505</u>
	<u>665.428</u>	<u>594.137</u>

A Companhia tem contratos de suprimento de gás natural, nas seguintes condições:

- Contrato com a PETROBRAS na modalidade firme, iniciado em janeiro de 2008, com vigência até dezembro de 2013, com quantidade diária contratada de 5,22 milhões de m³/dia.
- Contrato com a PETROBRAS na modalidade firme, com vigência até junho de 2019 e quantidade diária de gás boliviano contratada de 8,10 milhões de m³/dia.
- Contrato com a PETROBRAS na modalidade firme flexível, com quantidade contratada de 1,0 MMm³/dia de gás natural na qual a PETROBRAS fornecerá o gás natural ou ressarcirá o custo adicional referente ao consumo de combustível alternativo pelo cliente nesta modalidade. Iniciado em janeiro de 2008 com vigência até dezembro de 2012.
- Dois contratos de gás do Programa Prioritário de Termelétricidade (PPT) com a PETROBRAS, para abastecimento de 3,06 MMm³/dia, sendo 2,76 MMm³/dia com a UTE-Fernando Gasparian com vigência em 31 de dezembro de 2013 e 0,3 MMm³/dia com a Corn Products com vigência em 31 de março de 2023.
- Em setembro de 2012 constituiu-se um novo contrato de curto prazo para dar continuidade as ofertas de leilão. O novo contrato opera até setembro de 2013. A PETROBRAS não vai informar o volume ofertado, cada CDL (Companhia de Distribuição Local) fará sua oferta de volume e preço. Todo mês poderá haver oferta de gás para 1, 2 e/ou 3 meses (sazonalidade) como nível de ToP (*take or pay*) 100%. Esse novo modelo de contrato engloba a compra/venda de gás semanal de curtíssimo prazo com a PETROBRAS.

- Contrato com a Gás Brasileiro na modalidade firme, com quantidade contratada de 18 MMm³/ano, iniciado em abril de 2008 com vigência até novembro de 2012. Renovado em novembro de 2012 até novembro 2013.

Os contratos de suprimento de gás têm características específicas, como obrigações de retirada mínima de gás por parte da COMGÁS (*take or pay* para *commodity* e *ship or pay* para transporte), ou seja, caso a Companhia consuma abaixo das obrigações contratuais, deverá efetuar o pagamento das diferenças entre o consumo e os volumes mínimos obrigatórios contratados, podendo compensá-los (através do consumo) ao longo do período de vigência do respectivo contrato. Os montantes pagos foram reconhecidos na linha "Transporte pago e não utilizado".

Os contratos de fornecimento de gás têm os preços compostos por duas parcelas: uma indexada a uma cesta de óleos combustíveis no mercado internacional e reajustada trimestralmente; e outra reajustada anualmente com base na inflação local e/ou americana. O custo do gás é praticado em R\$/m³, sendo o gás boliviano calculado em US\$/MMBTU, com correção mensal da variação cambial.

23 Partes relacionadas

(a) Companhias controladoras

O saldo a receber referente a companhias controladoras em 31 de dezembro de 2012 é o seguinte:

	Movimentação		
	2011	Receitas	Recebimentos
			2012
Shell Brasil S.A.	149	1.205	(1.196)
Shell Brasil Ltda.	1.743	20.878	(20.845)
	<u>1.892</u>	<u>22.083</u>	<u>(22.041)</u>
			<u>1.934</u>

O saldo a pagar referente a companhias controladoras em 31 de dezembro de 2012 é o seguinte:

	Movimentação		
	2011	Despesas/ atualizações	Pagamentos
			2012
Cosan S.A. Indústria e Comércio		1	1
Grupo BG (CSA)	295	1.812	(2.107)
Grupo Shell (CSA)	955	4.413	(4.366)
	<u>1.250</u>	<u>6.226</u>	<u>(6.473)</u>
			<u>1.003</u>

O contrato CSA está assim dividido:

(i) Grupo BG

Commercial Services Agreement (CSA) - até 5 de novembro de 2012, a BG deixou a disposição o pessoal comercial e os serviços comerciais de forma a dar suporte administrativo na condução do negócio da Companhia, sendo esse contrato extinto após a aquisição de controle pela Provence Participações S.A., conforme divulgado na Nota 1.

(ii) Grupo Shell

Commercial Services Agreement (CSA) - a Shell deixará a disposição o pessoal comercial e os serviços comerciais de forma a dar suporte administrativo na condução do negócio da Companhia.

(b) Remuneração de administradores e diretores

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, no ano estão apresentadas a seguir:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Salários e demais benefícios de curto prazo	<u>12.417</u>	<u>11.362</u>
	<u>12.417</u>	<u>11.362</u>

A Companhia não possuía benefícios de rescisão de contrato de trabalho nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

24 Imposto de renda e contribuição social

(a) Imposto de renda e contribuição social - resultado

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Lucro antes de IR/CS	508.102	315.729
Alíquota - %	<u>34</u>	<u>34</u>
Imposto de renda e contribuição social nominais	<u>(172.755)</u>	<u>(107.348)</u>
Débitos/créditos permanentes		
Juros sobre capital próprio	24.142	23.731
Incentivos fiscais (Rouanet)	7.924	8.104
Adições permanentes	(784)	(4.371)
Outros	<u>26</u>	<u>294</u>
	<u>(141.447)</u>	<u>(79.590)</u>

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos - saldos

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferido durante o exercício findo em 31 de dezembro, sem levar em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

	Obrigação de benefícios de aposentadoria	Provisões	Perdas valor justo	Ativo/(passivo) regulatório	Ágio na incorporação	Outros	Total
Ativo de imposto diferido							
Em 31 de dezembro de 2011 (Creditado) debitado à demonstração do resultado	50.321	37.191	44.095	51.124		(20.294)	162.437
	5.591	9.315	(14.620)	78.379		1.935	80.601
Creditado na reserva especial de ágio					844.141		844.141
Em 31 de dezembro de 2012	<u>55.912</u>	<u>46.506</u>	<u>29.475</u>	<u>129.503</u>	<u>844.141</u>	<u>(18.359)</u>	<u>1.087.178</u>
		Ganhos de valor justo	Reavaliação de imóveis		Outros		Total
Passivo de imposto diferido							
Em 31 de dezembro de 2011			40.726	5.985	7.110		53.821
Debitado (creditado) à demonstração do resultado		<u>9.448</u>	<u>(726)</u>	<u>476</u>	<u>(9.698)</u>		
Em 31 de dezembro de 2012		<u>31.278</u>	<u>5.259</u>	<u>7.586</u>	<u>44.123</u>		
Líquido						<u>1.043.055</u>	

O crédito relacionado à provisão de plano de benefício pós-emprego tem um período estimado de realização financeira de 25 a 30 anos e os créditos tributários sobre as demais diferenças temporárias têm prazo estimado de três anos.

25 Provisão para contingências

	2011	Atualizações/ingressos	Baixas	2012
Trabalhistas	10.277	1.422	(1.027)	10.672
Cíveis	37.025	3.584	(1.538)	39.071
Fiscais	<u>13.135</u>	<u>2.518</u>	<u>(11.994)</u>	<u>3.659</u>
	<u>60.437</u>	<u>7.524</u>	<u>(14.559)</u>	<u>53.402</u>

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	<u>2011</u>	<u>2012</u>
Trabalhistas	559	394
Cíveis	43.622	28.128
Tributárias	<u>64.270</u>	<u>96.837</u>
	<u>108.451</u>	<u>125.359</u>

(i) Os processos trabalhistas referem-se a questionamentos em diversos pedidos de reclamação relativos a diferenças salariais, horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade, e responsabilidade solidária, dentre outros. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo remanescente de processos classificados como possíveis é de R\$ 394 (31 de dezembro de 2011 - R\$ 559).

(ii) Os processos cíveis são advindos do curso normal das atividades da Companhia, envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos de acidentes ocorridos na rede. Em 31 de dezembro de 2012, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$ 28.128 (31 de dezembro de 2011 - R\$ 43.622), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela administração, portanto, sem constituição de provisão.

(iii) As contingências fiscais referem-se a autuações fiscais ocorridas em anos anteriores. Em 31 de dezembro de 2012, existem também outros processos de natureza tributária, que totalizam R\$ 96.837 (31 de dezembro de 2011 - R\$ 64.270), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela administração, portanto, sem constituição de provisão.

A administração da Companhia, embasada na posição de seus assessores jurídicos, entende que a provisão constituída é suficiente para cobrir desembolsos de eventuais desfechos desfavoráveis desses processos.

26 Patrimônio líquido

(a) Capital social

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$ 671.672 (seiscentos e setenta e um milhões, seiscentos e setenta e dois mil), independentemente de reforma estatutária, mediante emissão de ações ordinárias e/ou preferenciais, por deliberação do Conselho de Administração, que fixará, em cada caso, as condições de emissão. Em 31 de dezembro de 2012, o capital social integralizado é de R\$ 636.985 (R\$ 636.985 em 31 de dezembro de 2011), representado por 93.910.898 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e 25.911.899 ações preferenciais sem valor nominal e sua composição é a que segue:

	Quantidades de ações - milhares					
	<u>Ordinárias</u>	<u>Percentual</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Percentual</u>	<u>Total</u>	<u>Percentual</u>
Acionistas						
Cosan S.A. Indústria e Comércio	68.309	72,74	3.649	14,08	71.958	60,05
Integral Investments BV	14.212	15,13			14.212	11,86
MCAP POLAND Fundo						
Inv. em ações	71	0,08	10.439	40,29	10.510	8,77
Shell Brazil Holding BV	7.594	8,09			7.594	6,34
Skopos Master Fundo de Inv. em ações	940	1,00	555	2,14	1.495	1,25
Outros	<u>2.785</u>	<u>2,96</u>	<u>11.269</u>	<u>43,49</u>	<u>14.054</u>	<u>11,73</u>
	<u>93.911</u>	<u>100,00</u>	<u>25.912</u>	<u>100,00</u>	<u>119.823</u>	<u>100,00</u>

(b) Lucros acumulados

Em 1º de janeiro de 2011	
Lucro do exercício	236.139
Dividendo mínimo obrigatório e juros sobre capital próprio 2011	(69.799)
Transferência para reserva legal	(11.889)
Realização da reserva de reavaliação	1.639
Transferência para retenção de lucro	<u>(156.090)</u>
Em 31 de dezembro de 2011	<u><u> </u></u>
Em 1º de janeiro de 2012	
Lucro do exercício	366.655
Juros sobre capital próprio 2012 imputados como dividendo mínimo obrigatório	(71.007)
Transferência para reserva legal	(18.376)
Realização da reserva de reavaliação	873
Transferência para retenção de lucro	<u>(278.145)</u>
Em 31 de dezembro de 2012	<u><u> </u></u>

(c) Dividendos

Aos acionistas, de acordo com o Estatuto Social (artigo 36), é assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme a legislação societária.

O Estatuto Social da COMGÁS (artigo 46) também determina que o Conselho de Administração poderá aprovar o crédito de juros sobre capital próprio, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados, os quais poderão ser imputados ou não ao dividendo obrigatório, a critério do Conselho de Administração da Companhia, conforme autoriza a legislação aplicável.

Conforme ata do Conselho de Administração de 3 de dezembro de 2012, foi deliberada a destinação de R\$ 128.993 provenientes da conta de reserva de retenção do lucro líquido apurado no balanço do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 para distribuição de dividendos intermediários, definidos em uma única parcela, a qual foi paga pela Companhia em 27 de dezembro de 2012, dentro do exercício social.

Dividendos	
Lucro disponível para distribuição em 31 de dezembro de 2012	366.655
Movimentação de lucros acumulados	<u>873</u>
	<u>367.528</u>
Constituição da reserva legal (5%)	<u>18.376</u>
Base de cálculo dos dividendos	<u>349.152</u>
Dividendos mínimos 2012	<u>87.288</u>
Juros sobre capital próprio bruto	(71.007)
IR sobre juros capital próprio	<u>8.789</u>
Juros sobre capital próprio líquido	<u>(62.218)</u>
Dividendos intermediários pagos	(128.993)
Total dos dividendos e juros sobre capital próprio pagos em 2012	<u><u>(191.211)</u></u>
Total do dividendos a destinar em dezembro de 2012	<u><u> </u></u>

Durante o ano de 2012 foram distribuídos juros sobre capital próprio e dividendos intermediários no montante superior aos dividendos mínimos obrigatórios, portanto não está sendo constituído dividendos mínimos obrigatórios a pagar em 31 de dezembro de 2012.

(d) Juros sobre o capital próprio

Em 15 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, referente a quarta e última parcela do exercício de 2011, no valor de R\$ 5.335, que foi paga em 31 de janeiro de 2012.

Em 3 de dezembro de 2012, o Conselho de Administração aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, referente ao exercício de 2012, no valor de R\$ 71.007, que foi paga em 27 de dezembro de 2012.

Os juros sobre capital próprio pagos aos acionistas deverão ser imputados aos dividendos mínimos obrigatórios a serem pagos em 2013, relativos ao exercício social de 2012, integrando tais valores ao montante de dividendos a serem distribuídos pela Companhia para todos os efeitos previstos na legislação societária.

Para atendimento às disposições de publicações societárias os juros sobre capital próprio foram contabilizados como "Despesa financeira", sendo revertido na própria rubrica para lucros acumulados por serem em essência distribuição de resultados, conforme preconiza a CVM e o CPC - "Pronunciamento Conceitual Básico".

(e) Destinação do saldo do resultado do exercício

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente do lucro do exercício com base na proposta da administração, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios da Companhia, conforme orçamento de capital a ser aprovado pelo Conselho de Administração e submetido à Assembleia Geral.

Caberá a Assembleia Geral deliberar sobre o valor da retenção de lucros que exceder o capital social conforme estabelecido na Lei nº 6.404 artigo 199.

27 Obrigações com benefícios de aposentadoria

As obrigações relativas aos planos de benefícios pós-emprego, os quais abrangem assistência médica e aposentadoria incentivada, auxílio-doença e auxílio-deficiente estão registrados conforme Deliberação CVM nº 600. Conforme laudo atuarial datado de 31 de dezembro de 2012, utilizamos as seguintes premissas:

	2012	2011
Taxa de desconto	9,46	10,25
Taxa de inflação	5,5	4,5
Retorno esperado sobre os ativos do plano	9,46	10,75
Aumentos salariais futuros	8,66	7,65
Aumentos de planos de pensão futuros	5,5	4,5
Morbidade (<i>aging factor</i>)	3	3
Mortalidade geral (segregada por sexo)	AT-2000	AT-83
Mortalidade de inválidos	IAPB-1957	IAPB-57
Entrada em invalidez (modificada)	UP-1984	UP-84
Rotatividade	0,3/(tempo de serviço + 1)	0,3/(tempo de serviço+1)

O valor do reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais corresponde à parcela de ganho ou perda, que exceda o maior valor entre 10% do valor presente da obrigação atuarial e 10% do valor justo dos ativos do plano, amortizado pelo prazo médio do serviço futuro dos participantes do plano.

A composição do saldo relativo ao passivo atuarial está demonstrada a seguir:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Valor das obrigações atuariais	297.772	210.612
Perda atuarial não reconhecida	(126.594)	(56.715)
Valor justo dos ativos do plano	<u>(6.732)</u>	<u>(5.895)</u>

Margem por segmento - 1º de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012

Passivo atuarial líquido	<u>164.446</u>	<u>148.002</u>
--------------------------	----------------	----------------

A movimentação do passivo atuarial no período findo em 31 de dezembro de 2012 está demonstrada a seguir:

	<u>2012</u>
Passivo atuarial líquido	148.002
Despesa no exercício	26.623
Contribuições do empregador	<u>(10.179)</u>
Passivo atuarial líquido	<u>164.446</u>

As despesas reconhecidas ao resultado em 31 de dezembro demonstradas a seguir:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	508	449
Juros sobre obrigação atuarial	20.956	20.001
Rendimento esperado dos ativos do plano	(636)	(1.429)
Amortização de perdas atuariais	<u>5.795</u>	<u>3.855</u>
Despesas	<u>26.623</u>	<u>22.876</u>

Os efeitos tributários decorrentes desta provisão estão registrados na linha "Impostos de renda e contribuição social diferidos", no grupo "Não circulante" (vide Nota 24(b)).

A Companhia mantém com o Bradesco Vida e Previdência S.A., o Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), plano de previdência aberta complementar, estruturado no regime financeiro de capitalização e na modalidade de contribuição variável, aprovado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A parcela da Companhia nas contribuições no exercício de 2012 foi de R\$ 673 (R\$ 4.198 no exercício de 2011), reconhecidos na demonstração do resultado do exercício, rubrica "Despesas gerais e administrativas". O plano é o de renda fixa e tem como objetivo a concessão de benefício de previdência, sob a forma de renda mensal vitalícia.

28 Informações por segmento

A administração analisa o desempenho financeiro considerando o resultado bruto econômico separadamente por segmento de negócio. A agência reguladora "ARSEP" determina as tarifas pelos diversos segmentos de negócio.

A composição da margem por segmento é a seguinte:

[illegible]

[illegible]

29 Receita

A receita líquida de vendas para o exercício possui a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Vendas brutas de produtos e serviços	6.519.841	5.111.514
Impostos sobre vendas	<u>(1.240.318)</u>	<u>(1.008.854)</u>
Receita líquida	<u>5.279.523</u>	<u>4.102.660</u>

30 Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado do período por função. Conforme requerido pelo CPC 26, segue a abertura das despesas por natureza:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Despesas com pessoal	173.423	157.930
Despesas com materiais/serviços	253.019	229.814
Despesas operacionais	9.450	2.015
Amortização	<u>290.008</u>	<u>240.595</u>
Despesas por natureza	<u>725.900</u>	<u>630.354</u>

31 Receitas e despesas financeiras

	<u>2012</u>	<u>201</u>
Despesas financeiras		
Juros empréstimos/financiamentos/debêntures	(177.907)	(156.786)
Comissões/despesas bancárias	(23.690)	(16.127)
Capitalização de juros	22.646	25.830
Juros CVM nº 600 - benefício pós-emprego	(21.464)	(20.450)
Ajuste valor a mercado		(9.951)
Outras	<u>(2.776)</u>	<u>(4.932)</u>
	<u>(203.191)</u>	<u>(182.416)</u>
Variações monetárias líquidas		
Empréstimos e financiamentos	(730)	(1.357)
Variações monetárias ativas	42	49
Variações monetárias passivas	<u>(5.613)</u>	<u>(2.107)</u>
	<u>(6.301)</u>	<u>(3.415)</u>
Receitas financeiras		
Encargos moratórios de clientes	16.588	11.143
Receitas de aplicações financeiras	12.226	11.825

Juros	641	2.363
Ajuste valor a mercado	15.077	
Outras	1.310	540
	45.842	25.871
	(163.650)	(159.960)

32 Resultado por ação

Não há diferença entre o lucro básico ou diluído por ação.

	2012			2011		
	Preferenciais	Ordinárias	Total	Preferenciais	Ordinárias	Total
Lucro líquido do exercício	85.373	281.282	366.655	54.983	181.156	236.139
Quantidade de ações (milhares)	25.912	93.911	119.823	25.912	93.911	119.823
Resultado por ação - R\$	3,29	2,99	3,06	2,12	1,93	1,97

33 Seguros

As principais coberturas de seguros, efetuadas de acordo com a natureza e o grau de risco contra eventuais perdas de patrimônio da Companhia, são as seguintes:

Risco

Risco operacional	100.000
Responsabilidade civil	159.000

34 Compromissos assumidos

(a) Compromissos para aquisição de ativos e metas regulatórias

Os compromissos para aquisição de intangível no montante de R\$ 17.911 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 41.518 em 31 de dezembro de 2011) são referentes a gastos já contratados e ainda não incorridos relacionados a aquisição, suporte e administração da rede de distribuição de gás, bem como a gastos administrativos e de tecnologia para a manutenção do negócio da Companhia.

Os compromissos regulatórios no montante de R\$ 1.051.942 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 1.293.251 em 31 de dezembro de 2011) foram definidos na última revisão tarifária, em maio de 2009, como base no plano de investimento definido pelo regulador, estão previstos para ocorrer até maio de 2014, final do ciclo tarifário atual.

(b) Compromissos com contratos de aluguel

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possui 15 contratos de aluguéis de imóveis e cujas despesas reconhecidas durante o exercício totalizaram R\$ 6.196 (31 de dezembro de 2011 - R\$ 6.341).

Os termos do arrendamento são de um a seis anos, e a maioria dos contratos de arrendamento é renovável no término do período de arrendamento à taxa de mercado.

Os pagamentos totais mínimos futuros de arrendamento, segundo os arrendamentos operacionais, são:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Obrigações brutas de arrendamento - pagamentos mínimos de arrendamento		
Menos de um ano	1.860	5.848
Mais de um ano e menos de cinco anos	<u>526</u>	<u>897</u>
	<u>2.386</u>	<u>6.745</u>

* * *

